

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 73/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
73/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CAIRO RANGEL DA SILVA	25/11/2025 15:35 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		00094.000366/2025-43

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de comunicação via satélite, destinados à transmissão de voz e dados, por meio do Serviço Móvel Global por Satélite Geoestacionário (SMGS – INMARSAT em Banda L), para a prestação de serviços de dados; e do Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geoestacionário (SMGS – IRIDIUM), para a prestação de serviços de voz, durante os deslocamentos aéreos nacionais e internacionais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela – Grupo 1 - INMARSAT (Banda L – Geoestacionário, dados)

GRUPO 1	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATSER	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO MENSAL (R\$)	PREÇO ANUAL (R\$)
	1	Assinatura mensal do serviço de transmissão de dados Banda L, sem franquia de MB transmitido (INMARSAT)	UNIDADE	26565	4	48	592,17	2.368,68	28.424,16
	2	Contratação de 10.000 MB (Dez mil Megabytes) para tráfego de dados e voz, sob demanda, sem franquia de consumo	MEGABYTE	26549	10.000	120.00	40,70	407.000,00	4.884.000,00
	PREÇO GLOBAL MENSAL DO GRUPO 1							409.368,68	
	PREÇO GLOBAL ANUAL DO GRUPO 1								4.912.424,16

Tabela – Grupo 2 - IRIDIUM (Não-Geoestacionário – LEO, voz)

GRUPO 2	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATSER	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO MENSAL (R\$)	PREÇO ANUAL (R\$)
---------	------	--------------------------	-------------------	--------	-------------------	------------------	----------------------	--------------------	-------------------

R U P O 2	1	Assinatura mensal do serviço SMGS (IRIDIUM) sem franquia de minutos	UNIDADE	26565	3	36	540,00	1.620,00	19.440,00
	2	Minuto utilizado (comunicação de voz)	MINUTO	26417	625	7.500	14,00	8.750,00	105.000,00
	3	Minuto utilizado (comunicação de voz para outras redes satelitais)	MINUTO	26433	30	360	108,00	3.240,00	38.880,00
PREÇO GLOBAL MENSAL DO GRUPO 2								13.610,00	
PREÇO GLOBAL ANUAL DO GRUPO 2									163.320,00

Tabela 3

PREÇO GLOBAL ANUAL DO GRUPO 1 e 2	R\$ 5.075.744,16
-----------------------------------	------------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que se tratam de serviços padronizados de comunicação via satélite, amplamente disponíveis no mercado, com requisitos técnicos e de qualidade definidos objetivamente, sem necessidade de avaliação subjetiva, em conformidade com o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que envolve a prestação ininterrupta de serviços de comunicação via satélite, essenciais para assegurar a conectividade de voz e dados durante os deslocamentos aéreos presidenciais, cujas demandas se repetem de forma contínua ao longo do tempo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade e a disponibilidade ininterrupta dos serviços de comunicação via satélite em apoio aos deslocamentos aéreos presidenciais, uma vez que tais serviços constituem requisito estratégico para a manutenção das comunicações institucionais, da segurança da informação e do processo decisório da Presidência da República.

2.2. A solução proposta contempla os sistemas INMARSAT (dados) e IRIDIUM (voz), compatíveis com os equipamentos já embarcados nas aeronaves presidenciais (*AVIATOR 350, ICS 200 e Aircell Axxess II*), o que evita custos adicionais de *retrofit* ou adaptações complexas.

2.3. Os quantitativos estimados foram definidos com base no histórico de consumo registrado nos contratos nº 33/2020 e nº 45/2023, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, adotando-se critérios histórico-técnicos de consumo. Tal metodologia assegura que a projeção atenda de forma proporcional e adequada às demandas efetivas, evitando superdimensionamento ou subdimensionamento.

2.4. Ressalta-se que a eventual indisponibilidade dos serviços comprometeria diretamente a segurança institucional, razão pela qual a estimativa da demanda foi definida de forma prudente e aderente às necessidades reais verificadas nos últimos exercícios.

2.5. O modelo de contratação adotado, estruturado em dois grupos distintos (INMARSAT – dados e IRIDIUM – voz), permite maior flexibilidade, competitividade e economicidade, assegurando que a Administração efetue o pagamento somente pelo consumo efetivo (megabytes ou minutos de voz), em modelo de medição por demanda.

- 2.5.1. Com isso, a solução contratada garantirá:
- 2.5.1.1. continuidade operacional em rotas nacionais e internacionais;
 - 2.5.1.2. preservação da segurança das comunicações;

2.5.1.3. previsibilidade orçamentária;

2.5.1.4. mitigação de riscos contratuais, por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

2.6. A contratação mostra-se indispensável para o atendimento de necessidade estratégica e institucional da Presidência da República, estando plenamente fundamentada em critérios técnicos, operacionais e econômicos, em conformidade com a legislação vigente.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.8. O objeto da contratação também está alinhado à Estratégia de Governo Digital, consoante com Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República – PDTI PR/VPR 2024/2027, publicado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (Resolução CGD/PR nº 41, de 08/10/2024), conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N23	Atualizar o serviço de comunicação do Presidente e do Vice-Presidente da República - OE1, OE5 e OE7
N24	Atualizar o serviço de comunicação nos deslocamentos do Presidente da República - OE1, OE5 e OE7

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025/2026			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A122	Contratar serviço de comunicação de dados via satélite para acesso à internet a bordo da aeronave	-	100%
A127	Contratar e/ou renovar os serviços de telecomunicações	-	100%

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos itens 5 e 6 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na prestação de serviços de comunicação via satélite para transmissão de voz e dados, em apoio às atividades da Presidência da República durante os deslocamentos aéreos nacionais e internacionais realizados nas aeronaves presidenciais Airbus A319CJ (VC-1) e Embraer-190 (VC-2), definidos da seguinte forma:

Grupo 1 – INMARSAT (Banda L – Geoestacionário, dados)

3.2.1. Disponibilizar assinatura mensal do serviço de transmissão de dados sem franquia de megabytes, compatível com os equipamentos embarcados (AVIATOR 350 – Thrane & Thrane, sistema Thales Top Flight), embarcados nas duas aeronaves Embraer-190PR (VC-2).

3.2.2. Ofertar tráfego de dados sob demanda, em pacotes de 10.000 MB/mês, sem franquia de consumo, assegurando a comunicação institucional e operacional durante os voos.

3.2.3. Garantir conectividade contínua e cobertura global (exceto regiões polares), com disponibilidade mínima de 95%, em conformidade com o IMR estabelecido.

3.2.4. Disponibilizar ferramenta de gestão remota, que permita:

3.2.4.1. monitoramento do consumo em tempo real;

3.2.4.2. rastreamento da aeronave em tempo real;

- 3.2.4.3. histórico de voos realizados;
- 3.2.4.4. aferição de latência;
- 3.2.4.5. análise de protocolos de consumo;
- 3.2.4.6. visualização do status da rede em tempo real;
- 3.2.4.7. log de informações de tráfego;
- 3.2.4.8. alertas automáticos de desconexão.

Grupo 2 – IRIDIUM (Não-Geoestacionário – LEO, voz)

3.2.5. Disponibilizar assinatura mensal de serviço de voz, sem franquia de minutos, compatível com os dispositivos *Aircell Axxess II (ST4200) Dual-Channel Satellite Transceiver and PABX (Part Number P12023)*, instalada no Airbus A319CJ (VC-1) e ICS 200 (*International Communications Group – Part Number 500617-3*), embarcados nas duas aeronaves Embraer-190PR (VC-2).

- 3.2.5.1. Permitir a realização de chamadas de voz por minuto utilizado, com cobertura global, inclusive regiões polares.
- 3.2.5.2. Garantir registro detalhado de consumo (minutos utilizados), para fins de controle contratual e auditoria.

3.3. A solução deverá assegurar plena compatibilidade técnica com o hardware já instalado nas aeronaves, evitando custos adicionais de *retrofit*.

Requisitos Gerais da Solução

- 3.4. Disponibilizar suporte técnico ininterrupto (24x7), sem custos adicionais, inclusive em missões internacionais.
- 3.5. Assegurar que todos os serviços sejam prestados de forma ininterrupta e em conformidade com as normas da Anatel e da aviação civil internacional.
- 3.6. Entregar relatórios periódicos de consumo (dados e voz), dentro dos prazos definidos, para validação pela Contratante.
- 3.7. Atender integralmente aos requisitos de segurança da informação (confidencialidade, integridade e disponibilidade), em conformidade com a Política de Segurança da Informação da Presidência da República.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

- 4.1. Garantir que o Presidente da República mantenha conectividade com o centro de governo e demais autoridades, possibilitando a tomada de decisões em tempo real.
- 4.2. Assegurar a continuidade do fluxo de informações estratégicas da Presidência da República durante viagens e eventos internacionais.
- 4.3. Apoiar a tripulação das aeronaves no acesso a informações essenciais à navegação aérea e segurança operacional.
- 4.4. Garantir a disponibilidade de serviços satelitais de voz e dados em regiões onde não há infraestrutura terrestre de telecomunicações.
- 4.5. Permitir a modernização e manutenção da infraestrutura de TI e telecomunicações da Presidência, em conformidade com o PDTI PR/VPR 2024–2027.

Requisitos de Capacitação

- 4.6. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.7. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e a outras legislações aplicáveis.

Requisitos de Manutenção

- 4.8. O contratado deve realizar manutenções corretivas, preventivas, adaptativas e evolutivas, assegurando disponibilidade e qualidade.
 - 4.8.1. Qualquer manutenção enquadrada nos termos do subitem 4.8 deverá ser previamente comunicada à Contratante, com a devida justificativa técnica e indicação de eventuais impactos na disponibilidade do serviço.

Requisitos Temporais

4.9. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.9.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.10. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.11. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante conforme descrito abaixo:

4.11.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações ou documentos, em formato físico ou digital, aos quais venha a ter acesso em razão da execução contratual. Esse dever inclui, mas não se limita a:

4.11.1.1. informações contidas em mídias, equipamentos e respectivos meios de armazenamento;

4.11.1.2. registros de tráfego, comunicações e dados técnicos oriundos do serviço contratado;

4.11.1.3. quaisquer informações institucionais, administrativas ou operacionais da Presidência da República.

4.11.2. É vedada a divulgação, reprodução, compartilhamento ou utilização de tais informações para finalidades distintas da execução do objeto contratado, independentemente da classificação de sigilo atribuída pelo Contratante.

4.11.3. O descumprimento desta obrigação sujeitará ao Contratado às sanções legais e contratuais cabíveis, sem prejuízo de eventuais responsabilidades civis, administrativas e criminais, conforme a legislação vigente.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.12. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no que couber.

4.13. Adotar critérios compatíveis com padrões de consumo sustentável, conforme dispõe o artigo 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.14. Implementar as diretrizes de logística sustentável previstas no Plano Diretor de Logística Sustentável da Presidência da República – PLS/PR 2024-2026.

4.15. Cumprir os critérios socioambientais do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), quando aplicáveis.

4.16. Abster-se de práticas discriminatórias de qualquer natureza, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 (art. 3º, IV e art. 5º, I) e com a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial, arts. 38 e 39).

4.17. Respeitar os princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Valorização do Trabalho Humano, previstos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, vedando-se qualquer prática enquadrada como trabalho análogo ao de escravo ou tráfico de pessoas, nos termos dos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal, do Decreto nº 5.017/2004 (Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e nº 105.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.18. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.19. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado ao Contratado adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.20. Não se aplica.

Requisitos de Implantação

4.21. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.21.1. A implantação deverá ser efetuada no início da contratação e de acordo com a disponibilização do ambiente (aeronave) pelo Contratado, com preferência para ativação do serviço em Brasília-DF.

4.21.2. A habilitação das linhas de voz e e dos serviços dados deverão ocorrer sem custos adicionais de aquisição ou taxas de serviço.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.22. O Contratado prestará garantia técnica integral sobre o Serviço Móvel Global durante toda a vigência contratual, ficando obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços indicados no subitem 1.1.

Requisitos de Experiência Profissional

4.23. Os serviços de assistência técnica e suporte, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.24. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.25. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.26. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.27. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.

4.28. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.29. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.29.1. O Contratado deve apresentar relação nominal dos empregados que poderão acessar as aeronaves para a manutenção do serviço objeto do contrato.

4.29.2. O Contratado deverá assinar Termo de Confidencialidade, no ato da assinatura do Contrato.

4.29.3. Manter sigilo de todos os dados ou informações da Presidência da República obtidas em função da execução do objeto.

4.29.4. O representante da Contratante deverá comunicar ao Contratado, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos

Vistoria

4.30. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.31. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os critérios de sustentabilidade do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), quando aplicáveis.

Subcontratação

4.32. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.33. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.34. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.34.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.34.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

- 4.34.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.34.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.34.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.35. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.36. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.37. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.38. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.38.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.39. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.39.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.39.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado; e
- 4.39.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.40. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.41. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.42. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.43. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.44. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.44.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.44.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.45. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.45.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.45.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.46. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.47. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.48. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.49. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento e/ou apresentação da proposta

4.50. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.50.1. A execução deverá ocorrer de forma contínua, durante os deslocamentos aéreos nacionais e internacionais das aeronaves presidenciais Airbus A319CJ (VC-1) e Embraer-190 (VC-2), com disponibilidade mínima de 95%, exigindo suporte técnico e operacional 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.50.2. A solução deverá ser plenamente compatível com os equipamentos já embarcados, a saber *AVIATOR 350*, *ICS 200* e *Aircell Axxess II*, de modo a evitar custos adicionais de *retrofit*, certificações ou alterações estruturais nas aeronaves.

4.50.3. Os licitantes deverão considerar em suas propostas todos os custos diretos e indiretos, incluindo impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, administrativos e logísticos, bem como despesas com deslocamento, suporte técnico, materiais e substituições de SIM Cards (para o Grupo 2 – IRIDIUM), quando aplicável.

4.50.4. Os serviços serão faturados conforme consumo efetivo, observando as unidades de medida definidas no subitem 1.1 deste Termo (megabytes e minutos de voz), sendo vedado o pagamento por disponibilidade ou franquias não utilizadas.

4.50.5. O Contratado deverá garantir sigilo, integridade e disponibilidade das comunicações, em conformidade com a Política de Segurança da Informação da Presidência da República e com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar ao Contratado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao Contratado, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar ao Contratado todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

5.1.10. notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

5.1.11. a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.2.10. o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2.10.1. informar o número do telefone de suporte e/ou e-mail e/ou endereço de Internet para abertura e acompanhamento dos chamados técnicos dos serviços.

5.2.10.2. executar os serviços de modo a manter os serviços ativos e em perfeitas condições de funcionamento.

5.2.10.3. arcar integralmente com custos de manutenção, deslocamentos técnicos, transporte, hospedagem, frete e seguro.

5.2.10.4. comunicar ao fiscal do contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente.

5.2.10.5. paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.2.10.6. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.2.10.7. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.10.8. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.2.10.9. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução: Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante.

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. Ativação inicial e configuração do serviço em conformidade com os requisitos técnicos definidos neste Termo de Referência.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços: a execução é contínua e deverá ser prestada de forma ininterrupta durante todo o período de vigência contratual. As manutenções corretivas, preventivas, adaptativas e evolutivas deverão ser previamente comunicadas à Contratante e programadas de forma a não comprometer a disponibilidade mínima exigida.

6.1.4. Etapas específicas de execução:

6.1.4.1. Etapa 1 – Ativação: habilitação das assinaturas mensais (INMARSAT e IRIDIUM) e disponibilização das linhas de dados e voz, sem custo adicional de instalação ou ativação.

6.1.4.2. Etapa 2 – Operação contínua: prestação dos serviços satelitais de dados e voz, com entrega de relatórios mensais de consumo e disponibilidade.

6.1.4.3. Etapa 3 – Suporte e manutenção: atendimento a incidentes, execução de manutenções necessárias e atualização de sistemas, mediante comunicação prévia e autorização da Contratante.

6.1.4.4. Etapa 4 – Acompanhamento contratual: aferição mensal por meio do IMR, com aplicação de glosas e penalidades em caso de descumprimento.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços deverão ser prestados a bordo, fisicamente, das aeronaves presidenciais Airbus A319CJ (VC-1) e Embraer-190 (VC-2).

6.2.1. A execução dos serviços será precedida de agendamento formal entre as partes, para definição da data, local e condições da instalação, configuração ou manutenção dos sistemas, de acordo com a Ordem de Serviço (OS).

6.2.2. Durante os deslocamentos aéreos, sempre que necessário, a execução poderá ser realizada de forma remota, destinada a ajustes, monitoramento e suporte operacional.

Rotinas a serem cumpridas

6.3. Disponibilização ininterrupta de conectividade satelital (dados e voz), observando as condições de SLA e os indicadores do IMR.

6.4. Monitoramento contínuo do desempenho do serviço, com relatórios de consumo, alertas de falha e registros de disponibilidade.

6.5. Adoção de procedimentos de segurança da informação alinhados à Política de Segurança da Informação da Presidência da República.

6.6. Atendimento a chamados técnicos em regime 24x7, inclusive durante missões internacionais, com registro formal de ocorrências e tempo de resposta.

6.7. Após a ativação, os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em conformidade com o regime de funcionamento contínuo exigido para comunicações estratégicas da Presidência da República.

Materiais a serem disponibilizados

6.8. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, em quantidade adequada e qualidade compatível, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à prestação do objeto.

6.9. O Contratado deverá substituir imediatamente quaisquer materiais ou equipamentos que apresentem defeitos, falhas ou inadequações, de modo a garantir a plena disponibilidade dos serviços.

6.10. Para a prestação dos serviços de voz do Grupo 2 (IRIDIUM), o Contratado deverá manter o fornecimento de SIM CARDS ativos e funcionais, realizando sua substituição sempre que necessário à habilitação ou continuidade do serviço.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.11. Definida no subitem 4.50. deste Termo.

Formas de transferência de conhecimento

6.12. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.13. O Contratado deverá assegurar, durante a vigência contratual, a continuidade ininterrupta dos serviços até a data de encerramento do contrato ou até a plena assunção por novo Contratado, conforme determinação da Administração.

6.14. Para garantir a adequada transição, o Contratado deverá:

6.14.1. manter os serviços ativos até o último dia de vigência contratual, em conformidade com os níveis de serviço (SLA) pactuados;

6.14.2. entregar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término da vigência, relatório final consolidado contendo histórico de consumo, incidentes registrados, atendimentos prestados e status dos serviços ativos;

6.14.3. devolver ou substituir os SIM Cards (IRIDIUM) ou outros insumos disponibilizados, de acordo com as orientações da Administração;

6.14.4. desabilitar acessos e credenciais utilizados por seus técnicos ao término da execução, preservando a segurança da informação;

6.14.5. entregar toda a documentação técnica necessária à Administração para garantir a continuidade do serviço.

6.15. O Contratado se compromete a não interromper ou degradar a prestação dos serviços até o fim do contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.16. Cada Ordem de Serviço (OS) deverá indicar o volume de serviços demandados, incluindo sua localização, prazo e quantitativo previsto para execução, em conformidade com o modelo definido pela Contratante.

6.17. Para fins de controle e acompanhamento da execução contratual, adotar-se-ão como referência mínima os quantitativos mensais estimados no Estudo Técnico Preliminar, constantes do quadro de dimensionamento de demanda (dados INMARSAT e minutos de voz IRIDIUM).

6.18. O consumo efetivo poderá variar conforme a necessidade operacional, não caracterizando desequilíbrio contratual, desde que observado o quantitativo mínimo mensal fixado em contrato para efeitos de medição, comparabilidade e glosa de eventuais indisponibilidades.

Mecanismos formais de comunicação

6.19. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.19.1. Ordem de Serviço;

6.19.2. Ata de Reunião;

6.19.3. Ofício;

6.19.4. Sistema de abertura de chamados;

6.19.5. E-mails e cartas.

Formas de Pagamento

6.20. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.21. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.22. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos APÊNDICES II e III.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.1. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

7.6. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.7. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.8. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 02 (dois) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.8.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.8.1.1. Presença do representante legal do Contratado, que apresentará o seu preposto;

7.8.1.2. Entrega, por parte do Contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.8.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.8.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

Rotinas de Fiscalização

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.9.1. Acompanhamento operacional contínuo, com verificação da disponibilidade dos serviços e da conformidade com os indicadores definidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

7.9.2. Verificação documental mensal, mediante análise de relatórios de consumo, registros de chamados técnicos, tempos de resposta e ocorrências registradas pelo Contratado;

7.9.3. Registro formal das ocorrências, no histórico de execução contratual, com indicação das medidas corretivas adotadas e prazos de regularização;

7.9.4. Comunicação tempestiva ao gestor do contrato sobre qualquer irregularidade que ultrapasse a competência do fiscal técnico ou administrativo;

7.9.5. Participação em reuniões de acompanhamento, quando convocado pelo gestor, para alinhamento de desempenho e revisão dos relatórios de execução;

7.9.6. Elaboração de Relatório Mensal de Fiscalização, consolidando as informações técnicas, operacionais e administrativas, com destaque para conformidades, inconformidades e penalidades aplicáveis.

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.16.1. Todas as comunicações e registros deverão ser realizados preferencialmente por meio eletrônico ou sistema de gestão contratual, preservando a rastreabilidade e a transparência das ações.

7.16.2. As rotinas de fiscalização deverão assegurar que a execução contratual atenda aos critérios de disponibilidade, qualidade, economicidade e segurança da informação, conforme disposto neste Termo de Referência e na legislação vigente.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.18. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.19.1. Os Fiscais Técnicos e Administrativos deverão consolidar as informações apuradas, validando os relatórios de desempenho e instruindo as ocorrências no histórico contratual, para fins de aplicação das penalidades ou descontos previstos.

7.19.2. O Contratado deverá apresentar relatórios mensais de desempenho, contendo dados de disponibilidade dos serviços, tempo médio de resposta a incidentes, cumprimento de prazos de suporte e entrega de relatórios técnicos, conforme metodologia de cálculo e metas definidas na tabela de indicadores.

7.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pelo Contratado confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

7.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Critérios de medição e pagamento

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto nesta seção.

8.1.1. Para o acesso a dados via satélite INMARSAT:

Indicador	Finalidade	Instrumento de Medição	Meta	Periodicidade	Mecanismo de Cálculo	Retenção/ Glosa (Indisponibilidade do serviço - descontos incidentes sobre 80% do valor da fatura mensal)
1. Disponibilidade do Serviço Satelital INMARSAT	Garantir que os serviços de dados via satélite sejam prestados conforme previsto no contrato.	Relatórios operacionais de voo; planilhas de controle da tripulação; ferramenta/ aplicativos de medição de velocidade e disponibilidade.	95% de disponibilidade mensal.	Mensal	Contagem das horas de indisponibilidade do serviço durante o mês.	Por indisponibilidade acima de 72 minutos diários → desconto 2,5%. Por indisponibilidade acima de 72 minutos diários por 5 dias (consecutivos ou não) → desconto de 10%.
2. Suporte Técnico 24/7	Garantir atendimento imediato em caso de incidentes ou falhas, assegurando continuidade operacional.	Registros de chamados abertos e fechados; relatórios da Central de Atendimento; auditoria do tempo de resposta.	Atendimento inicial em até 30 minutos após abertura de chamado.	Mensal	Média do tempo de resposta aos chamados.	Por chamados sem resposta no prazo → desconto de 1% por ocorrência. Acima de 5 ocorrências no mês → desconto adicional de 5%.
3. Entrega de Relatórios de Consumo	Assegurar transparência e rastreabilidade do uso dos serviços contratados (dados)	100% de entrega dos relatórios, dentro do prazo pactuado (até o 5º dia útil do mês subsequente).	Relatórios técnicos fornecidos pelo Contratado; validação pela equipe da Contratante.	Mensal	Percentual de relatórios entregues X relatórios esperados.	- Não entrega ou entrega fora do prazo → desconto de 2% por relatório em atraso.

8.1.2. Para o acesso a voz via satélite IRIDIUM:

Indicador	Finalidade	Instrumento de Medição	Meta	Periodicidade	Retenção/ Glosa (Indisponibilidade do serviço - descontos
-----------	------------	------------------------	------	---------------	--

					Mecanismo de Cálculo	incidentes sobre 80% do valor da fatura mensal)
1. Disponibilidade do Serviço Satelital IRIDIUM	Garantir que os serviços de voz via satélite sejam prestados conforme previsto no contrato.	Relatórios de consumo; planilhas de controle da tripulação; aplicativos ou ferramenta de medição de disponibilidade.	100% de disponibilidade mensal.	Mensal	Contagem dos minutos de indisponibilidade do serviço durante o mês.	<p>- Por indisponibilidade acima de 72 minutos diários → desconto 2,5%.</p> <p>- Por indisponibilidade acima de 72 minutos diários por 5 dias (consecutivos ou não) → desconto de 10%.</p>
2. Suporte Técnico 24/7	Garantir atendimento imediato em caso de incidentes ou falhas, assegurando continuidade operacional.	Registros de chamados abertos e fechados; relatórios da Central de Atendimento; auditoria do tempo de resposta.	Atendimento inicial em até 30 minutos após abertura de chamado.	Mensal	Média do tempo de resposta aos chamados.	<p>- Chamados sem resposta no prazo → desconto de 1% por ocorrência.</p> <p>- Acima de 5 ocorrências no mês → desconto adicional de 5%.</p>
3. Entrega de Relatórios de Consumo	Assegurar transparência e rastreabilidade do uso dos serviços contratados voz.	100% de entrega dos relatórios, dentro do prazo pactuado (até o 5º dia útil do mês subsequente).	Relatórios técnicos fornecidos pelo Contratado; validação pela equipe da Contratante.	Mensal	Percentual de relatórios entregues X relatórios esperados.	- Não entrega ou entrega fora do prazo → desconto de 2% por relatório em atraso.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. As unidades de medida dos serviços contratados são aquelas dispostas nas tabelas dos Grupos 1 e 2 do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

8.4.2. A soma diária dos minutos de indisponibilidade dos equipamentos satelitais não poderá exceder 2 (duas) horas, consecutivas ou não, sob pena de aplicação de glosa proporcional ao Contratado.

8.4.3. Não será admitida interrupção do serviço por mais de 5 (cinco) dias em um mesmo mês, quando as indisponibilidades excederem 2 (duas) horas diárias, sob pena de glosa adicional.

8.4.4. Para fins deste instrumento, entende-se por tempo de indisponibilidade da rede o período em que não seja possível transmitir dados ou voz por meio dos dispositivos satelitais instalados nas aeronaves.

8.4.5. O Contratado deverá comunicar tempestivamente à Contratante a ocorrência de “áreas de sombra” ou regiões fora de cobertura decorrentes de indisponibilidades do sistema.

8.4.6. O Contratado deverá disponibilizar relatórios de consumo periódicos, em formato e periodicidade definidos pela Contratante, contendo dados de utilização e desempenho dos serviços.

8.4.7. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, tampouco por danos a terceiros resultantes de ato ou omissão do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Do recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal anterior a prestação do serviço.

8.9.1. Ao final de cada período mensal de faturamento:

8.9.1.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

8.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

8.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.21. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.21.1. Verificação técnica funcional, mediante testes de conectividade e desempenho dos sistemas satelitais instalados, incluindo validação da transmissão e recepção de dados e voz nas aeronaves Airbus A319CJ (VC-1) e Embraer-190 (VC-2), conforme parâmetros de disponibilidade previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

8.21.2. Utilização de ferramentas de registro e medição de consumo, tais como *logs* operacionais da aeronave, relatórios de bordo, planilhas de controle da tripulação e sistemas/aplicativos de monitoramento contratual, que permitam mensurar objetivamente o tráfego de dados, o tempo de indisponibilidade e a taxa de ocupação dos canais de comunicação;

8.21.3. Testes de desempenho operacional, com base nos dados extraídos das ferramentas supracitadas, contemplando indicadores como taxa de transferência (throughput), latência, estabilidade de conexão e tempo médio de restabelecimento após interrupções;

8.21.4. Análise documental e de conformidade, consistindo na conferência dos relatórios técnicos de consumo, *logs* de operação, relatórios de chamados e registros de manutenção, assegurando a correspondência entre os serviços prestados e as medições declaradas pelo contratado.

Liquidação

8.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.23. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.24.1. o prazo de validade;

8.24.2. a data da emissão;

8.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.24.5. o valor a pagar; e

8.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.25. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.26. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.32. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Forma de pagamento

8.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.38. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.39. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.39.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.44. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 01/10/2025.
- 8.45. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.46. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.49. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.51. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme definido nas tabelas dos subitens 8.1.1. e 8.1.2 da seção anterior.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

9.3.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.3.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

9.3.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.3.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.3.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa

do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO TOTAL POR GRUPO.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

10.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual/ Distrital e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

10.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico

10.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.30.1.1. Para o Grupo 1: apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante já forneceu ou operou serviços de comunicação via satélite destinados à transmissão de dados de natureza aeronáutica, com características técnicas ou nível de complexidade compatíveis com o objeto desta contratação.

10.30.1.2. Para o Grupo 2: apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante já forneceu ou operou serviços de comunicação via satélite destinados ao serviço de voz de natureza aeronáutica, com características técnicas ou nível de complexidade compatíveis com o objeto desta contratação.

10.30.2. O atestado deverá conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição sucinta do objeto executado e o período de execução, não sendo exigido que o serviço tenha sido prestado em aeronaves com o mesmo modelo ou configuração dos equipamentos embarcados utilizados pela Presidência da República.

10.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.30.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.39.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.39.6.1. ata de fundação;

10.39.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.39.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.39.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.39.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.39.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.39.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.075.744,16 (cinco milhões, setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas do Grupo 1 e 2 do subitem 1.1. deste Termo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária consignada na lei orçamentária anual relativa ao exercício financeiro de 2025, na Unidade Gestora UG 110001 – Secretaria de Administração da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.2. Integram este Termo de Referência os seguintes apêndices:

Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar - ETP;

Apêndice II – Termo de Compromisso;

Apêndice III – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo em Contrato;

Apêndice IV – Ordem de Serviço (OS).

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAIRO RANGEL DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 15:06:21.

CAIO DE MEDEIROS OLIVEIRA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 15:12:57.

JOEL LEAL BOMFIM

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 15:14:47.

JOSE WELLINGTON DOS SANTOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 15:25:51.

BRUNO PEREIRA PONTES

Autoridade Máxima da Área de TIC



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 15:35:05.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 154/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00094.000366/2025-43

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar trata da contratação de serviços de comunicação via satélite, destinados à transmissão de voz e dados, por meio do Serviço Móvel Global por Satélite Geoestacionário (SMGS – INMARSAT em Banda L), para a prestação de serviços de dados; e do Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geoestacionário (SMGS – IRIDIUM), para a prestação de serviços de voz, durante os deslocamentos aéreos nacionais e internacionais.

2.2. No âmbito da Presidência da República, as competências da Diretoria de Tecnologia estão definidas no Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece:

“Art. 18. À Diretoria de Tecnologia compete:

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com:

(...)

b) o desenvolvimento, a contratação e a manutenção de soluções de tecnologia;

(...)

IV - planejar e realizar, em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, as atividades técnicas de apoio de telecomunicações, de eletrônica, de rádio operação, de telefonia e de segurança eletrônica ao Presidente da República, incluídas as relacionadas com viagens, deslocamentos e eventos de que participe.”

2.3. No escopo do transporte aéreo presidencial, três aeronaves operadas pelo Grupo de Transporte Especial (GTE) do Comando da Aeronáutica são utilizadas para apoio aos deslocamentos aéreos do Presidente da República, sendo uma aeronave VC-1 (Airbus A319CJ) e duas aeronaves VC-2 (Embraer-190).

2.4. Registra-se que as aeronaves presidenciais são equipadas com sistemas de comunicação via satélite que permitem ao Presidente da República, seus assessores e a comitiva oficial manterem-se conectados, tanto em território nacional quanto no exterior.

2.5. O objetivo é assegurar acesso contínuo a serviços de voz e dados durante os voos, por meio de tecnologias satelitais compatíveis com os equipamentos já instalados a bordo.

2.6. Torna-se necessária a contratação de empresas especializadas que operem com satélites adequados ao hardware embarcado, visando garantir comunicações seguras e confiáveis, com o aproveitamento da infraestrutura existente nas aeronaves.

2.7. Ademais, a Nota Técnica nº 4/2025/LAB-DIDEP/COTED/CGATE/DITEC/SA (Doc 6982507) evidencia que a nova contratação mostra-se imprescindível para assegurar a manutenção ininterrupta das comunicações estratégicas da Presidência da República, em substituição aos Contratos nº 33 /2020 (SMGS – INMARSAT, vigente até 26/12/2025) e nº 45/2023 (SMGS – IRIDIUM, com término em 19/12/2025).

2.7.1. Ressalta-se que tais contratos garantem atualmente a conectividade de voz e dados a bordo das aeronaves presidenciais, cuja descontinuidade acarretaria riscos operacionais e institucionais relevantes.

Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

2.8. A demanda relativa ao objeto da contratação será ajustada no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, em conformidade com o disposto no art. 16 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022:

“Art. 16. Durante o ano de sua execução, o plano de contratações anual poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente”.

2.9. A pretensa contratação está ainda alinhada à Estratégia de Governo Digital, consoante ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República – PDTI PR/VPR 2024/2027, publicado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (Resolução CGD/PR nº 41, de 08/10/2024), bem como ao Plano Diretor de Logística Sustentável da Presidência da República – PLS/PR 2024-2026.

Vigência Contratual

- 2.10. O prazo de vigência será de 1 (um) ano, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, fundamentado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto trata de serviços continuados de comunicação via satélite, indispensáveis à segurança institucional e à conectividade de voz e dados durante os deslocamentos aéreos presidenciais. Trata-se de demanda permanente e recorrente, cuja interrupção comprometeria a tomada de decisão presidencial e a segurança da informação.
- 2.11. Assim, a vigência definida está alinhada aos instrumentos de planejamento institucional, como o Plano de Contratações Anual (PCA 2025) e o PDTI PR/VPR 2024–2027, reforçando a compatibilidade entre planejamento e execução contratual. Ressalta-se que eventuais prorrogações dependerão da comprovação de vantajosidade, economicidade e interesse público, atendendo às orientações do TCU e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Atendimento a Usuários e Telecomunicações	RAMON EDUARDO BARROS BARRETO

4. Necessidades de Negócio

- 4.1. A contratação visa assegurar comunicações ininterruptas, seguras e confiáveis durante os deslocamentos aéreos nacionais e internacionais do Presidente da República, por meio de serviços de voz e dados satelitais compatíveis com os sistemas embarcados nas aeronaves presidenciais.
- 4.2. As metas de negócio a serem alcançadas com a contratação incluem:
- 4.2.1. Garantir que o Presidente da República mantenha conectividade com o centro de governo e demais autoridades, possibilitando a tomada de decisões em tempo real;
 - 4.2.2. Assegurar a continuidade do fluxo de informações estratégicas da Presidência da República durante viagens e eventos internacionais;
 - 4.2.3. Apoiar a tripulação das aeronaves no acesso a informações essenciais à navegação aérea e segurança operacional;
 - 4.2.4. Garantir a disponibilidade de serviços satelitais de voz e dados em regiões onde não há infraestrutura terrestre de telecomunicações;
 - 4.2.5. Permitir a modernização e manutenção da infraestrutura de TI e telecomunicações da Presidência, em conformidade com o PDTI PR/VPR 2024–2027.
- 4.3. Os objetivos de negócio são, portanto:
- 4.3.1. Viabilizar a continuidade de serviços estratégicos atualmente prestados pelos contratos nº 33/2020 (INMARSAT) e nº 45/2023 (IRIDIUM), cujas vigências encontram-se em fase final de encerramento, assegurando que não haja descontinuidade na prestação dos serviços de comunicação via satélite;
 - 4.3.2. Reduzir riscos institucionais decorrentes de interrupção ou indisponibilidade de serviços de comunicação durante deslocamentos aéreos presidenciais;
 - 4.3.3. Otimizar recursos públicos, garantindo que a contratação seja realizada em conformidade com o PCA e alinhada ao interesse público.
- 4.4. Em síntese, a necessidade de negócio corresponde ao detalhamento do objeto a ser contratado, traduzido em resultados concretos: manter o chefe de Estado e sua comitiva permanentemente conectados, garantir decisões rápidas e informadas, e fortalecer a segurança institucional da Presidência da República.

5. Necessidades Tecnológicas

- 5.1. A solução a ser contratada deverá atender às especificidades do ambiente tecnológico já embarcado nas aeronaves presidenciais, garantindo plena compatibilidade com os dispositivos atualmente em operação.
- 5.2. As aeronaves da Força Aérea que apoiam a Presidência da República já se encontram equipadas com:
- 5.2.1. Sistema INMARSAT (Banda L – Geoestacionário):
 - 5.2.1.1. Dispositivos da família Swift Broadband (SBB) para uso aeronáutico (AVIATOR 350 – Thrane & Thrane, sistema Thales Top Flight), com capacidade de transmissão de dados de até 432 Kbps por meio da rede de satélites Inmarsat;

5.2.2. Sistema IRIDIUM (Não-Geoestacionário):

5.2.2.1. 02 (duas) unidades satelitais ICS 200 (International Communications Group – Part Number 500617-3) embarcadas nos Embraer-190PR (VC-2);

5.2.2.2. 01 (uma) unidade Aircell Axxess II (ST4200) Dual-Channel Satellite Transceiver and PABX (Part Number P12023), instalada no Airbus A319CJ (VC-1).

5.3. A contratação deverá, portanto, garantir:

5.3.1. Compatibilidade integral com esses sistemas e equipamentos embarcados, sem necessidade de substituição de hardware;

5.3.2. Segurança da informação, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade das comunicações;

5.3.3. Suporte técnico contínuo (24/7), sem custos adicionais, de modo a atender às agendas presidenciais;

5.3.4. Escalabilidade e flexibilidade contratual, permitindo ajuste da demanda de dados e voz de acordo com o consumo efetivo;

5.3.5. Registro e auditoria de uso, por meio de logs de tráfego de dados e minutos de voz, possibilitando monitoramento e gestão transparente da utilização;

5.3.6. Conformidade com os padrões e metodologias de TIC adotados pela Presidência da República, incluindo governança digital, sustentabilidade e observância ao PDTI PR/VPR 2024–2027.

5.4. Assim, as necessidades tecnológicas aqui definidas traduzem-se em requisitos que asseguram a continuidade operacional das comunicações satelitais nas aeronaves presidenciais, preservando investimentos já realizados em infraestrutura embarcada e mitigando riscos de indisponibilidade em deslocamentos nacionais e internacionais.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Para o acesso a dados via satélite INMARSAT deverá ter conectividade contínua, permitindo a transmissão e recepção de dados sob demanda, sem franquia, garantindo conectividade em deslocamentos nacionais e internacionais, bem como ferramenta de gestão remota, com provimento dos seguintes serviços:

6.1.1. Monitoramento do consumo de dados em tempo real;

6.1.2. Rastreamento da aeronave em tempo real;

6.1.3. Histórico de voos realizados;

6.1.4. Latência em tempo real;

6.1.5. Análise de protocolo de consumo;

6.1.6. Visualização em tempo real do status da rede;

6.1.7. Log de informação do consumo de dados;

6.1.8. Alerta em tempo real de desconexão do sistema;

6.1.9. Compatibilidade com hardware existente integrando-se plenamente aos dispositivos já embarcados AVIATOR 350.

6.2. Para o acesso a voz via satélite IRIDIUM deverá permitir chamadas de voz, por minuto utilizado, com cobertura global, além de:

6.2.1. Registro de consumo: gerar logs de tráfego de dados (MB) e de minutos de voz, para fins de monitoramento e controle contratual.

6.2.2. Compatibilidade com hardware existente integrando-se plenamente aos dispositivos já embarcados (ICS 200 e Aircell Axxess II).

6.3. Requisitos Internos Não Funcionais

6.3.1. Disponibilidade e continuidade: assegurar funcionamento contínuo dos serviços durante os deslocamentos, com SLA adequado e redundância mínima.

6.3.2. Segurança da informação: observar os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade (CIA), em conformidade com a Política de Segurança da Informação da Presidência.

6.3.3. Usabilidade e acessibilidade: serviços devem ser de fácil uso pela tripulação e equipe técnica embarcada, sem necessidade de novos treinamentos complexos.

6.3.4. Suporte técnico: disponibilizar atendimento 24/7, sem custos adicionais, inclusive em missões internacionais.

6.3.5. Escalabilidade contratual: permitir ampliação ou redução do consumo, de acordo com a demanda efetiva de cada missão.

6.3.6. Conformidade interna: aderir às metodologias, padrões e boas práticas de TIC da Presidência, conforme definido no PDTI PR/VPR 2024–2027.

6.3.7. Instrumento de Medição de Resultados (IMR): monitoramento contínuo de desempenho com base em indicadores contratuais.

6.4. Requisitos Externos

6.4.1. Capacidade técnica dos licitantes: comprovação obrigatória, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.4.2. Conformidade legal: observar a Constituição Federal, a Lei nº 14.133/2021, a IN SEGES/ME nº 65/2021, a IN SEGES/ME nº 58/2022, a IN SGD/ME nº 94/2022, a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais legislações aplicáveis.

6.4.3. Regulamentação setorial: atender aos padrões técnicos e regulatórios de telecomunicações estabelecidos pela Anatel e pelas normas internacionais de aviação civil aplicáveis.

6.4.4. Planejamento e governança: compatibilizar a contratação com o Plano de Contratações Anual (PCA 2025), o Plano Diretor de TIC (PDTI PR/VPR 2024–2027) e ao Plano Diretor de Logística Sustentável da Presidência da República – PLS/PR 2024-2026.

6.5. Requisitos de Capacitação

6.5.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica para utilização dos serviços.

6.6. Requisitos de Manutenção

6.6.1. A contratada deve realizar manutenções corretivas, preventivas, adaptativas e evolutivas, assegurando disponibilidade e qualidade.

6.6.2. A contratada deve apresentar previamente à Contratante a relação nominal de empregados autorizados a acessar as aeronaves para manutenção.

6.7. Requisitos Temporais

6.7.1. Atendimento em até 2 dias corridos a partir da abertura da Ordem de Serviço (OS), podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

6.7.2. Prazos contados em dias corridos, considerando a hora inicial do incidente até a mesma hora do dia final.

6.7.3. Ativação de serviços: 2 dias (prazo regular) e 2 dias (prazo máximo).

6.8. Requisitos de Segurança e Privacidade

6.8.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante conforme descrito abaixo:

6.8.1.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.8.1.2. O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

6.8.1.3. A contratada deve apresentar relação nominal de empregados com acesso autorizado às aeronaves.

6.9. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

6.9.1. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no que couber.

6.9.2. Adotar critérios compatíveis com padrões de consumo sustentável, conforme dispõe o artigo 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

6.9.3. Observar as práticas de sustentabilidade constantes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição/2021, instituído pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, especialmente as orientações do item 1.2.4, no que couber.

6.9.4. Implementar as diretrizes de logística sustentável previstas no Plano de Gestão de Logística Sustentável da Presidência da República (PLS /PR).

6.9.5. Cumprir os critérios socioambientais do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), quando aplicáveis.

6.9.6. Abster-se de práticas discriminatórias de qualquer natureza, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 (art. 3º, IV e art. 5º, I) e com a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial, arts. 38 e 39).

6.9.7. Respeitar os princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Valorização do Trabalho Humano, previstos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, vedando-se qualquer prática enquadrada como trabalho análogo ao de escravo ou tráfico de pessoas, nos termos dos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal, do Decreto nº 5.017/2004 (Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e nº 105.

6.10. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

6.10.1. Serviços devem seguir diretrizes da arquitetura tecnológica da Contratante.

6.10.2. Qualquer tecnologia ou arquitetura diversa deve ter autorização prévia da Contratante.

6.11. Requisitos de Implantação

6.11.1. Implantação a ser realizada no início da contratação, conforme disponibilidade das aeronaves.

6.11.2. Habilitação das linhas telefônicas sem custo adicional de aquisição, habilitação ou taxa extra.

6.11.3. Custos de ativação/desativação incluídos na mensalidade.

6.12. Requisitos de Metodologia de Trabalho

6.12.1. Execução condicionada a Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

6.12.2. A OS especificará o serviço, a quantidade e a localidade.

6.12.3. O Contratado deve fornecer canais de contato 24/7 (eletrônico e telefônico).

6.12.4. A execução deve ser acompanhada pelo Contratado, com ciência formal à Contratante.

6.13. Qualificação Técnica

6.13.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.13.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

I - Para o Grupo 1: apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante já forneceu ou operou serviços de comunicação via satélite destinados à transmissão de dados de natureza aeronáutica, com características técnicas ou nível de complexidade compatíveis com o objeto desta contratação.

II - Para o Grupo 2: apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante já forneceu ou operou serviços de comunicação via satélite destinados ao serviço de voz de natureza aeronáutica, com características técnicas ou nível de complexidade compatíveis com o objeto desta contratação.

6.13.2. O atestado deverá conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição sucinta do objeto executado e o período de execução, não sendo exigido que o serviço tenha sido prestado em aeronaves com o mesmo modelo ou configuração dos equipamentos embarcados utilizados pela Presidência da República.

6.13.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.13.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

6.13.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.13.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

6.13.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

6.13.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.13.9. A exigência de requisitos de qualificação técnica justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante possua capacidade técnica comprovada e compatível com a complexidade do objeto, permitindo à Administração aferir, de forma objetiva, a aptidão para a execução dos serviços antes da formalização contratual. Tal medida visa garantir o cumprimento do cronograma de operacionalização e a continuidade dos serviços, em observância aos princípios da isonomia, eficiência, segurança e interesse público, considerando que o objeto envolve serviço essencial prestado diretamente ao Senhor Presidente da República, não podendo sofrer eventual solução de continuidade.

6.14. Garantia da Contratação

6.14.1. Será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada perante a Administração. A exigência fundamenta-se na natureza de serviços continuados de alta relevância institucional, no elevado valor estimado da contratação e na complexidade técnica da solução, que demandam nível especializado de execução e disponibilidade integral dos serviços.

6.14.2. A Contratada poderá optar por qualquer das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

6.14.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

6.14.2.2. seguro-garantia; ou

6.14.2.3. fiança bancária.

6.14.3. O percentual de garantia a ser exigido será fixado no Termo de Referência, em 5% do valor anual do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.3.1. Embora o dispositivo legal autorize a elevação do percentual até 10% em contratações de alta complexidade técnica, optou-se pela fixação no limite ordinário de 5%, considerando que:

I - A solução contratada, embora seja de alta relevância institucional, utiliza infraestrutura já instalada nas aeronaves presidenciais, o que mitiga riscos de implantação.

II - O contrato prevê mecanismos adicionais de mitigação de risco, como o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que permitirá aferir a execução mensal e aplicar glosas e penalidades em caso de falhas.

III - A exigência de percentual superior poderia restringir a competitividade, reduzindo a participação de fornecedores no certame, em prejuízo à economicidade.

6.15.4. Dessa forma, o percentual de 5% mostra-se suficiente e adequado para resguardar o interesse público e assegurar o cumprimento contratual, sem onerar excessivamente os potenciais licitantes.

6.15. Aplicação da Margem de Preferência

6.15.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação, pelos seguintes motivos:

6.15.1.1. O objeto da contratação refere-se a serviços de comunicação via satélite aeronáuticos, cuja natureza é altamente especializada e com fornecimento globalizado, sem produção nacional equivalente.

6.15.1.2. A aplicação de margem de preferência não encontra respaldo legal, uma vez que não há ato normativo específico do Poder Executivo que estabeleça preferência para os serviços contratados (Lei nº 14.133/2021, art. 26, §1º).

6.15.1.3. A imposição de margem de preferência poderia reduzir a competitividade do certame e prejudicar a economicidade, já que o mercado é restrito a poucos fornecedores aptos a fornecer os serviços da solução a ser contratada.

6.15.1.4. A decisão está alinhada ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo equilíbrio entre qualidade, disponibilidade e custos do serviço.

6.16. Parcelamento da Solução

6.16.1. Embora a legislação determine que os objetos sejam, como regra, parcelados sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), a presente contratação não comporta parcelamento, pelos seguintes motivos:

6.16.1.1. Considerando a unidade tecnológica da solução a ser contratada, os serviços são de natureza integrada, demandando continuidade operacional e gestão unificada para assegurar segurança institucional e comunicação ininterrupta.

6.16.1.2. A solução a ser contratada trata-se de segmento especializado e concentrado, em que os prestadores atuam de forma global e integrada, não havendo viabilidade prática de divisão em lotes sem comprometer a competitividade.

6.16.1.3. Mitigando a possibilidade do risco de descontinuidade dos serviços, assim eventual fracionamento poderia gerar incompatibilidade técnica entre prestadores, prejudicando a interoperabilidade com os equipamentos já embarcados nas aeronaves (AVIATOR 350, ICS 200 e Aircell Axxess II).

6.16.1.4. A divisão em parcelas distintas não implicaria redução de custos ou maior eficiência, podendo, ao contrário, elevar despesas de gestão contratual e suporte técnico.

6.16.2. Assim, a contratação do objeto de forma não parcelada assegura maior economicidade, simplificação do gerenciamento, mitigação de riscos técnicos e continuidade da prestação dos serviços estratégicos à Presidência da República, atendendo ao interesse público.

6.17. Dispensa do Sistema de Registro de Preços (SRP)

6.17.1. Inicialmente, nos reportamos ao inciso II do caput do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, onde prevê que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa e o consumo anual, observando:

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, **quando pertinente;** (grifo nosso)

6.17.2. O inciso XLV da Lei nº 14.133/2021, para definição do sistema de registro de preços, define:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens **para contratações futuras;** (grifo nosso)

6.17.3. Ainda sobre o sistema de registro de preços, o inciso I do art. 2º do Decreto nº 11.462/2023, considera que:

I - sistema de registro de preços -SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens **para contratações futuras;** (grifo nosso)

6.17.4. Ademais, conforme dispõe o art. 3º do Decreto 11462/2023, o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial nas hipóteses previstas.

6.17.5. De acordo com a fundamentação legal, a equipe técnica considerou não ser pertinente adotar o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, uma vez que o planejamento da contratação identificou o quantitativo específico para atender às demandas deste estudo.

6.17.6. Ainda nesse sentido, a pretensa licitação não prevê contratações futuras, determinando que a entrega do objeto deverá ser fornecida em remessa única, não havendo contratações permanentes ou frequentes. Nesse sentido, não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

6.18. Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

6.18.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme tabela abaixo:

6.18.1.1. Para o acesso a dados via satélite INMARSAT:

Indicador	Finalidade	Instrumento de Medição	Meta	Periodicidade	Mecanismo de Cálculo	Ajustes / Penalidades (Indisponibilidade do serviço - descontos incidentes sobre 80% do valor da fatura mensal)
1. Disponibilidade	Garantir que os serviços de dados via	Relatórios operacionais de voo; planilhas de controle			Contagem das horas de	Por indisponibilidade acima de 72 minutos diários → desconto 2,5%.

do Serviço Satelital INMARSAT	satélite sejam prestados conforme previsto no contrato.	da tripulação; ferramenta/ aplicativos de medição de velocidade e disponibilidade.	95% de disponibilidade mensal.	Mensal	indisponibilidade do serviço durante o mês.	Por indisponibilidade acima de 72 minutos diários por 5 dias (consecutivos ou não) → desconto de 10%.
2. Suporte Técnico 24/7	Garantir atendimento imediato em caso de incidentes ou falhas, assegurando continuidade operacional.	Registros de chamados abertos e fechados; relatórios da Central de Atendimento; auditoria do tempo de resposta.	Atendimento inicial em até 30 minutos após abertura de chamado.	Mensal	Média do tempo de resposta aos chamados.	Por chamados sem resposta no prazo → desconto de 1% por ocorrência. Acima de 5 ocorrências no mês → desconto adicional de 5%.
3. Entrega de Relatórios de Consumo	Assegurar transparência e rastreabilidade do uso dos serviços contratados (dados)	100% de entrega dos relatórios, dentro do prazo pactuado (até o 5º dia útil do mês subsequente).	Relatórios técnicos fornecidos pela contratada; validação pela equipe da Contratante.	Mensal	Percentual de relatórios entregues X relatórios esperados.	- Não entrega ou entrega fora do prazo → desconto de 2% por relatório em atraso.

6.18.1.2. Para o acesso a voz via satélite IRIDIUM:

Indicador	Finalidade	Instrumento de Medição	Meta	Periodicidade	Mecanismo de Cálculo	Ajustes / Penalidades (Indisponibilidade do serviço - descontos incidentes sobre 80% do valor da fatura mensal)
1. Disponibilidade do Serviço Satelital IRIDIUM	Garantir que os serviços de voz via satélite sejam prestados conforme previsto no contrato.	Relatórios de consumo; planilhas de controle da tripulação; aplicativos ou ferramenta de medição de disponibilidade.	100% de disponibilidade mensal.	Mensal	Contagem dos minutos de indisponibilidade do serviço durante o mês.	- Por indisponibilidade acima de 72 minutos diários → desconto 2,5%. - Por indisponibilidade acima de 72 minutos diários por 5 dias (consecutivos ou não) → desconto de 10%.
2. Suporte Técnico 24/7	Garantir atendimento imediato em caso de incidentes ou falhas, assegurando continuidade operacional.	Registros de chamados abertos e fechados; relatórios da Central de Atendimento; auditoria do tempo de resposta.	Atendimento inicial em até 30 minutos após abertura de chamado.	Mensal	Média do tempo de resposta aos chamados.	- Chamados sem resposta no prazo → desconto de 1% por ocorrência. - Acima de 5 ocorrências no mês → desconto adicional de 5%.
3. Entrega de Relatórios de Consumo	Assegurar transparência e rastreabilidade do uso dos serviços contratados voz.	100% de entrega dos relatórios, dentro do prazo pactuado (até o 5º dia útil do mês subsequente).	Relatórios técnicos fornecidos pela contratada; validação pela equipe da Contratante.	Mensal	Percentual de relatórios entregues X relatórios esperados.	- Não entrega ou entrega fora do prazo → desconto de 2% por relatório em atraso.

- 6.18.2. Independentemente das adequações no pagamento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133.
- 6.19. Consórcio e subcontratação**
- 6.19.1. Avaliou-se a viabilidade de permitir a participação de empresas em consórcio e/ou subcontratação da solução de TIC, conforme disposto no §2º, inciso II do art. 5º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, e nos arts. 15 e 122 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.19.2. Considerando a natureza e a criticidade do objeto, serviços de comunicação via satélite destinados ao apoio às aeronaves presidenciais, que envolvem requisitos de segurança da informação, disponibilidade contínua e integração técnica direta com os sistemas embarcados, concluiu-se que:
- 6.19.2.1. A formação de consórcios é admitida, uma vez que pode ampliar a competitividade e viabilizar a participação de empresas com expertises complementares (por exemplo, operadoras satelitais e integradoras de sistemas aeronáuticos), desde que respeitados os limites e condições previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e devidamente comprovada a capacidade técnica individual e coletiva dos consorciados.
- 6.19.2.2. A subcontratação, contudo, não será permitida, em virtude da natureza estratégica e sigilosa das comunicações envolvidas, da necessidade de rastreabilidade técnica e da responsabilidade direta da contratada sobre a execução integral do serviço. A fragmentação da execução, típica da subcontratação, poderia gerar riscos à continuidade operacional e comprometer a integridade dos canais de comunicação da Presidência da República.
- 6.19.3. Dessa forma, a permissão para consórcios e a vedação à subcontratação estão devidamente justificadas sob os aspectos técnico, operacional e de segurança, garantindo a adequada execução do contrato e a mitigação de riscos relacionados à governança, à confidencialidade e à disponibilidade do serviço.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. A justificativa da estimativa da demanda está definida na Nota Técnica nº 4/2025/LAB-DIDEP/COTED/CGATE/DITEC/SA, que fundamenta a necessidade de manutenção contínua dos serviços de comunicação via satélite.

7.2. As tabelas a seguir apresentam a estimativa de bens e serviços:

Grupo 1 – Serviço de Dados (INMARSAT)

Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quantidade Mensal	Quantidade Anual
1	Assinatura mensal do serviço de transmissão de dados sem franquia de MB transmitido	Unidade	4	48
2	Contratação de tráfego de dados (10.000 MB/mês), sob demanda, sem franquia de consumo	Megabyte	10.000	120.000

Grupo 2 – Serviço de Voz (IRIDIUM)

Item	Descrição / Especificação	Unidade	Quantidade Mensal	Quantidade Anual
1	Assinatura mensal do serviço SMGS sem franquia de minutos	Unidade	3	36
2	Minuto utilizado (comunicação de voz)	Minuto	625	7.500
3	Minuto utilizado (comunicação de voz para outras redes satelitais)	Minuto	30	360

7.3. Ressalta-se que a eventual indisponibilidade dos serviços previstos poderá comprometer a segurança da informação, a comunicação institucional e o processo decisório do Presidente da República, motivo pelo qual a estimativa da demanda foi elaborada de forma ponderada e aderente às necessidades efetivas observadas nos últimos contratos.

7.4. A previsão contratual não implica custos automáticos à Administração, uma vez que os serviços descritos no item 2 do Grupo 1 (Serviço de Dados INMARSAT) e nos itens 2 e 3 do Grupo 2 (Serviço de Voz IRIDIUM) serão faturados exclusivamente mediante consumo efetivo, assegurando a observância dos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

8. Levantamento de soluções

8.1. Foram analisadas as soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade de comunicação via satélite durante os deslocamentos aéreos presidenciais, considerando os requisitos técnicos, operacionais e de segurança previamente definidos.

8.2. As principais alternativas identificadas foram:

8.2.1. Serviço Móvel Global por Satélite Geoestacionário (SMGS – INMARSAT): solução consolidada no setor aeronáutico, já integrada aos equipamentos embarcados (AVIATOR 350 – Thrane & Thrane). Permite transmissão de dados e voz em banda L, com cobertura global (exceto regiões polares).

8.2.2. Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geoestacionário (SMGS – IRIDIUM): solução já embarcada nos dispositivos ICS 200 (VC-2) e Aircell Axxess II (VC-1), utilizada para comunicação de voz, com cobertura integral, incluindo regiões polares, garantindo redundância operacional.

8.2.3. Outras soluções satelitais disponíveis no mercado (ex.: Starlink Aviation e serviços regionais): apresentam evolução tecnológica promissora, porém com limitações para integração imediata ao hardware embarcado e sem homologação plena para missões presidenciais.

8.2.4. Consulta junto à Telebras: conforme consignado na Nota Técnica nº 4/2025/LAB-DIDEP/COTED/CGATE/DITEC/SA, foi realizada consulta formal para verificar a viabilidade de fornecimento de serviços satelitais pela estatal, em linha com a diretriz de priorização de empresas públicas.

8.3. Diante da análise, conclui-se que a manutenção do uso combinado dos sistemas INMARSAT (dados) e IRIDIUM (voz) constitui a solução tecnicamente mais viável e aderente à infraestrutura já existente nas aeronaves presidenciais. Essa opção garante:

8.3.1. continuidade operacional, evitando riscos na transição tecnológica;

8.3.2. economicidade, com aproveitamento da infraestrutura já instalada;

8.3.3. mitigação de riscos à comunicação presidencial, assegurando redundância entre serviços geoestacionários e não-geoestacionários.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Foram consideradas as principais soluções satelitais disponíveis no mercado, com base em sua aplicabilidade ao ambiente aeronáutico presidencial, compatibilidade com o hardware embarcado e capacidade de garantir conectividade segura e contínua.

9.1.1. INMARSAT (Banda L – Geoestacionário)

9.1.1.1. Cobertura: Global (exceto polos).

9.1.1.2. Capacidade: até 432 Kbps por link (*Swift Broadband – AVIATOR 350*).

9.1.1.3. Compatibilidade: plenamente compatível com os equipamentos já embarcados nas aeronaves VC-1 e VC-2.

9.1.1.4. Custos: cobrança por pacotes de dados sob demanda (MB).

9.1.1.5. Riscos: maior latência, típica de satélites geoestacionários.

9.1.1.6. Vantagem estratégica: aproveitamento integral da infraestrutura existente e continuidade operacional.

9.1.2. IRIDIUM (Não-Geoestacionário – LEO)

9.1.2.1. Cobertura: Global, inclusive polos.

9.1.2.2. Capacidade: voz e mensagens de baixa taxa de dados.

9.1.2.3. Compatibilidade: já embarcado (ICS 200 e Aircell Axxess II).

9.1.2.4. Custos: cobrança por minuto de voz.

9.1.2.5. Riscos: limitado para transmissão de grandes volumes de dados.

9.1.2.6. Vantagem estratégica: baixa latência e robustez para comunicações de voz em qualquer região.

9.1.3. Starlink Aviation (LEO – Banda Ku/Ka)

9.1.3.1. Cobertura: em expansão global; cobertura robusta em algumas regiões, mas ainda não consolidada para rotas presidenciais.

9.1.3.2. Capacidade: elevadas taxas de transmissão de dados (até centenas de Mbps).

9.1.3.3. Compatibilidade: não possui integração nativa com o hardware embarcado; demandaria retrofit nas aeronaves presidenciais.

9.1.3.4. Custos: valores de mercado ainda instáveis e sem histórico consolidado de contratações públicas nacionais.

9.1.3.5. Riscos: incerteza regulatória, ausência de homologação plena pela Anatel e aviação civil, risco de indisponibilidades em áreas remotas.

9.1.3.6. Vantagem estratégica: alta velocidade de conexão, mas inviável no curto prazo.

9.1.4. Telebras (Consulta formal)

9.1.4.1. Cobertura e capacidade: limitada à oferta atual da estatal, não abrangendo a prestação de serviços diretamente compatíveis com os equipamentos já instalados.

9.1.4.2. Compatibilidade: ausência de solução pronta para integração imediata com as aeronaves VC-1 e VC-2.

9.1.4.3. Riscos: inviabilidade técnica de adoção como solução única, conforme resposta oficial à consulta registrada nos autos.

9.1.4.4. Vantagem estratégica: reforça a análise de alternativas públicas, mas não atende às necessidades atuais.

9.2. Comparativo Consolidado

Critério	INMARSAT	IRIDIUM	Starlink Aviation	Telebras
Cobertura	Global (exceto polos)	Global (inclui polos)	Em expansão, não consolidada	Limitada
Compatibilidade	Plena (AVIATOR 350)	Plena (ICS 200 / Axxess II)	Não compatível, exige retrofit	Não compatível
Capacidade	Dados até 432 Kbps	Voz e mensagens	Dados de alta velocidade (100+ Mbps)	Limitada
Custos	Por MB sob demanda	Por minuto de voz	Valores de mercado instáveis	Não disponível para demanda atual
Riscos	Latência elevada	Limitado a voz	Regulatório e técnico	Inviabilidade técnica
Vantagens	Continuidade com infraestrutura existente	Voz global e baixa latência	Velocidade elevada	Alternativa pública consultada

9.3. Conclusão da Comparação

9.3.1. Diante da análise, verifica-se que:

9.3.1.1. INMARSAT (dados) e IRIDIUM (voz) representam a solução mais viável, segura e de rápida continuidade, pois já estão integrados às aeronaves presidenciais. Além disso, o uso de INMARSAT e IRIDIUM atende integralmente às necessidades de negócio (item 4) e tecnológicas (item 5), sobretudo quanto à compatibilidade com os hardwares embarcados, disponibilidade global.

9.3.1.2. Starlink Aviation apresenta potencial futuro, mas carece de homologação, estabilidade e compatibilidade;

9.3.1.3. Telebras não possui, no momento, oferta compatível com as necessidades técnicas do objeto.

9.4. Assim, recomenda-se a manutenção da solução combinada INMARSAT + IRIDIUM, garantindo aderência aos requisitos de negócio, economicidade e mitigação de riscos estratégicos.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Consulta à Telebras

10.1.1. Foi formalizada consulta à empresa pública Telebras quanto à possibilidade de fornecimento de serviços de comunicação via satélite (INMARSAT/IRIDIUM).

10.1.2. Motivo da inviabilidade: a estatal não dispõe, de forma imediata, de serviços compatíveis com o hardware já embarcado nas aeronaves presidenciais. Assim, a adoção da solução não garantiria a continuidade operacional exigida.

10.2. Serviços satelitais regionais

10.2.1. Foram identificadas alternativas de prestadores de serviços regionais de satélite.

10.2.2. Motivo da inviabilidade: cobertura restrita a determinadas áreas geográficas, incompatível com a necessidade de deslocamentos presidenciais em âmbito nacional e internacional, o que compromete a disponibilidade e a segurança da comunicação.

10.3. Starlink Aviation (LEO – Banda Ku/Ka)

10.3.1. Solução emergente, com capacidade de alta taxa de transmissão de dados e cobertura em expansão.

10.3.2. Motivo da inviabilidade: ausência de homologação plena para uso aeronáutico pelas autoridades competentes (Anatel e órgãos internacionais de aviação civil), além da incompatibilidade com os equipamentos já embarcados, o que exigiria retrofit de alto custo e risco operacional.

10.4. Outras operadoras não especializadas em comunicações aeronáuticas

10.4.1. Foram verificadas ofertas de operadoras que atuam em segmentos diversos (marítimo, terrestre e corporativo fixo).

10.4.2. Motivo da inviabilidade: ausência de certificação para o ambiente aeronáutico e falta de integração com os sistemas de bordo já instalados, tornando a solução tecnicamente inaplicável.

10.5. As alternativas acima foram analisadas, mas consideradas inviáveis por não atenderem aos requisitos técnicos, operacionais e legais necessários à comunicação estratégica da Presidência da República. Dessa forma, restaram como soluções viáveis apenas os sistemas INMARSAT (dados) e IRIDIUM (voz), já embarcados e homologados para uso imediato, assegurando continuidade operacional, mitigação de riscos e economicidade.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. A metodologia de análise de custos considerou não apenas os preços unitários apresentados na pesquisa de mercado (IN SEGES/ME nº 65/2021), mas também os custos totais de propriedade (TCO), englobando:

11.1.1. Custos diretos: assinaturas mensais, tráfego de dados e minutos de voz.

11.1.2. Custos indiretos: eventuais manutenções corretivas/preventivas, suporte técnico, compatibilidade com hardware já embarcado e riscos de retrofit.

11.1.3. Custos intangíveis: riscos de indisponibilidade do serviço, impacto na segurança institucional e continuidade da comunicação presidencial.

a) INMARSAT (Banda L – Geoestacionário)

- Custos diretos: assinatura mensal e consumo sob demanda (MB).
- Custos indiretos: inexistência de retrofit, pois os equipamentos (AVIATOR 350) já estão instalados.
- Custos intangíveis: risco de latência maior, porém mitigado pela robustez e cobertura global.
- Resultado TCO: economicamente viável, aproveita a infraestrutura existente, reduzindo custos de implantação.

b) IRIDIUM (Não-Geoestacionário – LEO)

- Custos diretos: assinatura mensal e minutos de voz.
- Custos indiretos: compatibilidade plena com equipamentos embarcados (ICS 200 / Aircell Axxess II).
- Custos intangíveis: comunicação de voz garantida globalmente, sem necessidade de investimentos adicionais.
- Resultado TCO: solução de melhor custo-benefício para voz, dado que não exige novos investimentos em hardware.

c) Starlink Aviation (LEO – Banda Ku/Ka)

- Custos diretos: assinaturas e pacotes de dados em valores ainda instáveis no mercado.
- Custos indiretos: necessidade de retrofit completo das aeronaves, com custos elevados de instalação, certificação e homologação junto à aviação civil.
- Custos intangíveis: risco regulatório, incerteza de disponibilidade global em rotas presidenciais.
- Resultado TCO: inviável no curto prazo, devido ao custo elevado de adaptação e alto risco operacional.

d) Telebras

- Custos diretos: não apresentou proposta compatível com os requisitos técnicos.
- Custos indiretos: ausência de infraestrutura compatível com os equipamentos atuais.
- Custos intangíveis: risco de interrupção da comunicação por inviabilidade técnica.
- Resultado TCO: inviável, por não atender aos requisitos mínimos.

11.2. Comparativo Consolidado de TCO

Solução	Custos Diretos	Custos Indiretos	Custos Intangíveis	Resultado
INMARSAT	Assinatura + MB sob demanda	Sem retrofit, uso de hardware existente	Latência maior, mas cobertura global	Viável e vantajoso
IRIDIUM	Assinatura + minutos de voz	Compatibilidade plena com hardware existente	Garantia de voz global	Viável e vantajoso
Starlink Aviation	Assinaturas elevadas e instáveis	Retrofit caro + homologação	Incerteza regulatória e operacional	Inviável (alto TCO)
Telebras	Não disponível	Incompatível	Risco de interrupção	Inviável

Conclusão: A análise comparativa de custos (TCO) demonstra que a manutenção da solução combinada INMARSAT (dados) + IRIDIUM (voz) representa a alternativa mais econômica e eficiente, pois aproveita a infraestrutura já instalada, evita custos adicionais de retrofit e garante a continuidade da comunicação estratégica da Presidência da República.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. A solução de TIC a ser contratada consiste na prestação de serviços de comunicação via satélite para transmissão de voz e dados, em apoio às atividades da Presidência da República durante os deslocamentos aéreos nacionais e internacionais realizados nas aeronaves presidenciais Embraer-190PR (VC-2) e Airbus A319CJ (VC-1).

12.2. O serviço contempla:

12.2.1. Grupo 1 – INMARSAT (Banda L – Geoestacionário):

12.2.1.1. Serviço de transmissão de dados sob demanda (megabytes), sem franquia, para utilização durante os voos.

12.2.1.2. Assinatura mensal de acesso à rede global de dados (Swift Broadband – SBB), compatível com os equipamentos já embarcados (AVIATOR 350 – Thrane & Thrane).

12.2.2. Grupo 2 – IRIDIUM (Não-Geoestacionário – LEO):

12.2.2.1. Serviço de transmissão de voz por minuto utilizado, com cobertura global.

12.2.2.2. Assinaturas mensais de linhas de voz, compatíveis com os dispositivos embarcados (ICS 200 e Aircell Axxess II ST4200).

12.3. A solução será contratada com base nas seguintes diretrizes:

12.3.1. Compatibilidade plena com o hardware já instalado nas aeronaves, evitando custos de retrofit e assegurando a continuidade operacional.

12.3.2. Conectividade contínua e segura, com disponibilidade mínima de 95%, em conformidade com o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) definido neste ETP.

12.3.3. Suporte técnico 24/7, sem custos adicionais, incluindo missões internacionais.

12.3.4. Cobertura global, permitindo a comunicação de voz e dados em qualquer rota presidencial, com exceção apenas das regiões polares (limitação do INMARSAT).

12.3.5. Monitoramento remoto, com ferramenta de gestão capaz de fornecer relatórios de consumo, rastreamento das aeronaves, histórico de voos, latência em tempo real e alertas de desconexão.

12.4. A contratação será estruturada em dois grupos (Grupo 1 – INMARSAT/dados e Grupo 2 – IRIDIUM/voz), possibilitando maior flexibilidade no processo licitatório e permitindo que fornecedores especializados possam apresentar propostas parciais, conforme sua área de atuação.

12.5. Trata-se, portanto, de uma solução que alia continuidade, economicidade e segurança institucional, assegurando que o Presidente da República, sua comitiva e a tripulação mantenham-se permanentemente conectados ao centro de governo e a informações críticas durante os deslocamentos aéreos.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 5.075.744,16

13.1. Com base na solução viável apresentada neste Estudo Técnico Preliminar, estima-se o valor total da contratação em R\$ 5.075.744,16 (cinco milhões, setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos).

13.2. O valor estimado resulta da pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, observando os seguintes parâmetros:

13.2.1. Foram inicialmente realizadas consultas no Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br), no Painel de Preços do MGI (paineldeprecos.planejamento.gov.br) e em contratações similares de outros entes públicos (art. 5º, incisos I e II, da IN nº 65/2021). Todavia, não foram identificados registros que contemplassem as especificidades técnicas do objeto.

13.2.2. Ressalta-se, ainda, que o objeto não integra o Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, nos termos da IN ME /SEDGGD/SGD nº 202/2019.

13.2.3. Diante da inviabilidade de utilização dos parâmetros previstos nos incisos I a III do art. 5º da IN nº 65/2021, adotou-se a pesquisa direta junto a fornecedores, conforme inciso IV do mesmo artigo, priorizando empresas reconhecidas no mercado de comunicação satelital.

13.2.4. Para a definição do preço estimado da contratação, aplicou-se a metodologia do menor valor unitário por item, nos termos do art. 6º da IN nº 65/2021, garantindo economicidade e vantajosidade.

13.3. As despesas decorrentes da contratação estão previstas em dotação orçamentária própria, constante da Unidade Gestora UG 110001 – Secretaria de Administração da Presidência da República, para o exercício de 2024, em conformidade com o orçamento da União.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. A análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a solução mais adequada para garantir a comunicação estratégica da Presidência da República durante deslocamentos aéreos nacionais e internacionais é a manutenção do uso combinado dos sistemas INMARSAT (dados) e IRIDIUM (voz).

14.2. Essa escolha fundamenta-se nos seguintes aspectos:

14.2.1. Compatibilidade com o hardware embarcado: as aeronaves VC-1 (Airbus A319CJ) e VC-2 (Embraer-190) já se encontram equipadas com dispositivos compatíveis (AVIATOR 350, ICS 200 e Aircell Axxess II), eliminando a necessidade de *retrofit* e garantindo imediata integração.

14.2.2. Confiabilidade operacional: ambos os sistemas já estão homologados para uso aeronáutico e vêm sendo utilizados com êxito nos contratos nº 33/2020 e nº 45/2023, assegurando conectividade contínua em voos presidenciais.

14.2.3. Cobertura global: o sistema INMARSAT (geoestacionário) garante acesso a dados em qualquer região do globo, exceto polos, enquanto o sistema IRIDIUM (não-geoestacionário) oferece cobertura total, inclusive em áreas polares, assegurando voz em tempo real.

14.2.4. Mitigação de riscos: a adoção conjunta das duas soluções reduz vulnerabilidades, equilibrando a robustez da comunicação de voz (IRIDIUM) com a capacidade de transmissão de dados (INMARSAT).

14.2.5. Atendimento às normas: a contratação atende às exigências da Lei nº 14.133/2021, à IN SEGES/ME nº 58/2022, à IN SEGES/ME nº 65/2021 e à IN SGD/ME nº 94/2022, além de estar alinhada ao PCA 2025 e ao PDTI PR/VPR 2024–2027.

14.3. Alternativas analisadas, como Starlink Aviation e Telebras, mostraram-se inviáveis neste momento devido a restrições regulatórias, ausência de homologação aeronáutica, instabilidade de custos e incompatibilidade com os equipamentos atuais.

14.4. Dessa forma, a manutenção da solução combinada INMARSAT (dados) + IRIDIUM (voz) constitui a opção tecnicamente mais adequada, segura e economicamente vantajosa, garantindo a continuidade da comunicação presidencial em conformidade com o interesse público.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A análise comparativa apresentada neste Estudo Técnico Preliminar (item 11 – TCO) evidenciou que a solução combinada dos sistemas INMARSAT (dados) e IRIDIUM (voz) é a mais vantajosa sob o ponto de vista econômico, uma vez que alia continuidade operacional, redução de riscos financeiros e eficiência no uso dos recursos públicos.

15.2. A solução escolhida representa a alternativa economicamente mais vantajosa, pois aproveita integralmente a infraestrutura já instalada nas aeronaves presidenciais (AVIATOR 350, ICS 200 e Aircell Axxess II), evitando custos adicionais de retrofit, certificações ou adaptações complexas.

15.3. A análise de custos (TCO) demonstrou que alternativas como Starlink Aviation e Telebras implicariam custos indiretos e intangíveis significativamente maiores, seja pela necessidade de adaptação do hardware aeronáutico, seja pela ausência de homologação ou inviabilidade técnica.

15.4. A solução INMARSAT e IRIDIUM apresenta os seguintes benefícios econômicos:

15.4.1. Otimização de recursos públicos: cobrança sob demanda (MB de dados ou minutos de voz), de modo que a Administração paga apenas pelo consumo efetivo, em conformidade com o princípio da eficiência.

15.4.2. Previsibilidade orçamentária: projeção de quantitativos com base no histórico dos contratos nº 33/2020 e nº 45/2023, permitindo estimativa fundamentada e ponderada.

15.4.3. Redução de riscos financeiros: manutenção de sistemas já embarcados diminui a probabilidade de custos adicionais com falhas de integração ou indisponibilidade de serviço.

15.4.4. Mitigação de glosas e penalidades: utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) assegura compensação financeira automática em caso de indisponibilidade dos serviços.

15.5. Dessa forma, a escolha da solução não apenas assegura a continuidade das comunicações estratégicas da Presidência da República, como também preserva o interesse público ao garantir economicidade, eficiência e vantajosidade, em estrita conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. A contratação proposta assegurará a continuidade operacional das comunicações estratégicas da Presidência da República, garantindo conectividade segura e confiável ao Presidente, seus assessores e à tripulação durante deslocamentos aéreos nacionais e internacionais.

16.2. A solução aproveita integralmente a infraestrutura já embarcada nas aeronaves (AVIATOR 350, ICS 200 e Aircell Axxess II), evitando custos de *retrofit* e assegurando eficiência administrativa por meio da cobrança sob demanda, de acordo com o consumo efetivo de dados e voz.

16.3. Além disso, proporciona previsibilidade orçamentária com base no histórico de consumo, reduz riscos contratuais por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), assegura suporte técnico ininterrupto 24/7, inclusive em missões internacionais.

16.4. Garante maior competitividade com a estruturação em dois grupos (INMARSAT e IRIDIUM), favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Não haverá necessidade de providências adicionais.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Após análise das soluções disponíveis no mercado, conclui-se pela plena viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação proposta, considerando que:

18.1.1. A solução atende integralmente aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos neste estudo, garantindo compatibilidade com a infraestrutura já instalada nas aeronaves presidenciais (AVIATOR 350, ICS 200 e Aircell Axxess II).

18.1.2. Está alinhada aos instrumentos de planejamento institucional da Presidência da República, incluindo o Plano de Contratações Anual (PCA 2025) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI PR/VPR 2024–2027).

18.1.3. Encontra-se em conformidade com a legislação vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021 e a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

18.1.4. A contratação apresenta racionalidade econômica, uma vez que a cobrança será realizada sob demanda (MB de dados ou minutos de voz), assegurando que a Administração arque apenas com o consumo efetivo, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAIRO RANGEL DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 17:05:33.

JOEL LEAL BOMFIM

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 17:14:43.

CAIO DE MEDEIROS OLIVEIRA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 17:17:40.

BRUNO PEREIRA PONTES

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 18:37:33.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Palácio do Planalto - Anexo IV - Ala A - Sala 01, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70150-900
Telefone: (61) 3411-2241 e Fax: @fax_unidade@ - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

APÊNDICE II

Termo de Compromisso nº 001/2025

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____.

Considerando o teor dos autos do Processo em epígrafe, a _____, CNPJ nº _____, com sede no _____, CEP: _____, em _____, neste ato denominada **FORNECEDORA** e representada pela Senhora _____, (FUNÇÃO), portadora do CPF nº _____, e da Carteira de Identidade nº _____, pelo presente Termo, se obriga a prestar serviços de _____ à **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pelo _____, (CARGO), da Secretaria de Administração, Senhor _____, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº _____, de acordo com a competência prevista na Portaria nº _____, publicada no Diário Oficial da União em _____, pelo período de _____ a _____, no valor estimado de R\$ _____ (_____).

A _____ apresentará a Nota Fiscal-Fatura após assinatura do presente Termo de Compromisso e do recebimento da Nota de Empenho, mediante a qual será realizada a quitação por Ordem Bancária – OB ou Guia de Recolhimento Único – GRU, em nome da **FORNECEDORA**, conforme dados constantes da fatura.

De acordo com a natureza do ato, as matérias deverão ser encaminhadas pelo Sistema de Envio Eletrônico de Matérias – INCom ou pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, em conformidade com a legislação em vigor, especialmente a Portaria nº 268, de 05/10/2009, resguardando a **FORNECEDORA** de ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

E, para que produza efeitos assinam o presente Termo de Compromisso, em duas vias de igual teor e forma, ficando uma delas juntada aos autos do Processo nº: xxxx.xxxx/xxxx-xx.

Brasília – DF, ____ de _____ de ____.

FORNECEDORA	<div>_____</div> <div>CARGO</div> <div>Presidência da República</div>
-------------	---



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

APÊNDICE III

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO EM CONTRATO

Processo nº 00094.000366/2025-43

A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, sediada em Palácio do Planalto - Anexo IV - Ala A - Sala 01, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70150-900, CNPJ nº , doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a [NOME DA EMPRESA], sediada em [ENDEREÇO], CNPJ nº [CNPJ], doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº [XX/AAAA], doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente Termo de Comprom. Manutenção de Sigilo em Contrato, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), e [Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

2.1.1. **Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

2.1.2. **Informação Sigilosa:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de hipótese legal de sigilo, subdividida em:

I- **Classificada:** em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, à qual é atribuído grau de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, conforme estabelecido pela [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e pelo [Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012](#); e

II- **Não Classificada:** informações pessoais e aquelas não imprescindíveis para a segurança da sociedade e do Estado abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo.

2.1.3. **Contrato Principal:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada

ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I- sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II- tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO; e
- III- sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

5.2. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

5.3. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

5.4. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

5.5. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

5.6. Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

5.7. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.8. A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

5.9. A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV- Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme [art. 87](#) da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

8.2. Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3. O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

8.4. Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I- A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II- A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III- A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV- Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V- O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI- Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII- O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e

VIII- Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. A CONTRATANTE elege o foro da [digite aqui o nome da cidade] , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Comprom. Manutenção de Sigilo em Contrato assinado eletronicamente pelas partes.

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA		CNPJ	
PREPOSTO			
GESTOR DO CONTRATO		MATR.	

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

00094.000366/2025-43



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Laboratório de Operações de Tecnologia e Comunicações em Eventos e Deslocamentos Presidenciais

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ordem de Serviço nº 1/2025/LAB-DIDEP/COTED/CGATE/DITEC/SA

APÊNDICE IV

ORDEM DE SERVIÇO (OS)

Contratada:	Ordem de Serviço Nº
Pregão n.º.....	/ Processo n.º00094.000366/2025-43
Contrato / Ata nº:	/ Nota de Empenho nº:
Local de Execução do Serviço:	
Prazo de Execução: (contado a partir do recebimento da ordem de serviço)	
Descrição dos serviços a serem realizados:	
Volume de serviços solicitados e realizados, segundo as métricas definidas:	
Resultados ou produtos solicitados e realizados:	
Cronograma de Realização dos Serviços:	
Avaliação da qualidade dos serviços realizados e as justificativas do avaliador:	
Identificação dos responsáveis pela solicitação, pela avaliação da qualidade e pela ateste dos serviços realizados:	
Nome:	Telefone:

Autorização - Data:	E-mail:
Contratada – Acusar recebimento deste documento, assinando e enviando digitalizado para o e-mail da contratada.	

Nome completo:	Data:
----------------	-------



Documento assinado eletronicamente por **Cairo Rangel da Silva, Coordenador(a)**, em 12/11/2025, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7118878** e o código CRC **2BA764A1** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00094.000366/2025-43

SEI nº 7118878